

desde 2001, tendo sido qualificada em recursos humanos - condições de trabalho e operação. Seu *call center* com o número 0800-771-3013 é acionado pela própria pessoa que está na rua ou por cidadão preocupado com a acolhida dessa pessoa. Representa um sistema de apoio, formado por 10 veículos, com sistema de comunicação por rádio e nextel, completado por 97 agentes de acolhida nas ruas.

Propor o existente é exemplo do decantado planejamento tucano mas, além de propor serviços já existentes para a atenção a população em situação de rua a proposta tucana segue o mesmo rumo quanto à criança e ao adolescente. Os Centros de Referência para crianças e adolescentes que querem criar, já estão instalados sob a denominação de Estação Cidadania. Funcionam 24 horas. A cidade deveria contar com 5 deles, conforme protocolo assinado com o Governo do Estado. Todavia só estão implantados dois desses Centros porque o Governo do Estado que deve arcar com 50% do seu custeio, condicionou a completude do sistema a superávit da receita estadual, o que deverá ocorrer no dia 30 de fevereiro de 2005. A Prefeitura expandiu a rede de Casas de Acolhida/Passagem, retaguarda dos Centros de Referência, de duas para nove. Assim, o Governo do Estado financia e com atraso 50% de 2 casas, ou somente **uma** das 9 existentes. É esse o modelo de municipalização tucana: põe muitos empecilhos em aceitar a proposta técnica do município e descumpra o acordo de financiamento assim que o serviço passa para a Prefeitura. Não tem qualquer compromisso em manter serviços sociais continuados.

Levar a sério a proposta de proteção social tucana exige uma ação de defesa dos direitos do consumidor de serviços públicos. É pena que ainda seja este um direito polêmico e não aceito pela Delegacia de Defesa do Consumidor.

No debate da Band o candidato Serra disse que a Prefeitura de São Paulo **só agora** assinou convênio com a Febem para medida socioeducativa por questão eleitoral. Como é mau ou mal informado o candidato! Desde 2001 a Prefeitura custeia plenamente 1.500 adolescentes em medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade. Financia 10 núcleos de apoio sócio-

jurídico-psicológico ao adolescente e à criança. Desde fevereiro de 2003 foram apresentados ao Secretário Chalita, e ao então Presidente da Febem, os resultados da Comissão Interinstitucional com presença da UNICEF propondo a pedagogia de trabalho de liberdade assistida a ser adotada pelo município, em crítica ao modo de ação desenvolvido pela Febem. O Governo do Estado ignorou a proposta. Documentos e publicações em Diário Oficial do Estado e do Município comprovam em datas e conteúdo estes fatos.

A Prefeitura submeteu esse projeto de municipalização para a aprovação e financiamento pelo CONANDA - Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente. Só após essa aprovação nacional e a intermediação da ABRINQ é que o Governo do Estado resolveu aprovar a pedagogia de trabalho proposta para liberdade assistida. Todavia não se comprometem com seu custeio que é quase de três vezes mais do que se propõe pagar a Febem mensalmente. A Febem **paga por seis meses de trabalho** com o(a) adolescente em liberdade assistida R\$ 720,00 no total, isto é menos do que gasta por mês para manter, um adolescente sob internação. Economizar nas medidas sócio-educativas significa condenar os adolescentes paulistanos à privação de liberdade.

Em retrocesso à noção de direito, a proposta tucana volta a considerar que questão social é questão de polícia e não de política, retornando ao início do século XX. De costas para o terceiro milênio desconhece os direitos da população em situação de rua, desconsidera a existência do Conselho de Monitoramento da Política de Direitos da População de Rua, de composição paritária com a participação ativa de ex-moradores de rua. Pior ainda, acena em vincular o trabalho de Assistência Social com a Segurança Pública. A confusão é tal, que propõe "doações" para "emancipação" das pessoas - que na imaginação tucana não são cidadãos com direitos a serem assegurados.

Não existe qualquer preceito ético na Proteção Social do Programa Serra Prefeito 2005-2008 ela é mais uma cesta "furada" de atividades esmigalhadas ao sabor da velha política populista.

**MILITANTES EM DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA  
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

[http://geocities.yahoo.com.br/militantes\\_militantes/leva\\_a\\_serio\\_seu\\_Serra.html](http://geocities.yahoo.com.br/militantes_militantes/leva_a_serio_seu_Serra.html)

**Em direitos sociais  
não se mexe!**

**Este documento interessa  
a você que defende os  
direitos sociais da população  
da cidade de São Paulo**

## Leva a sério, Seu Serra!

O conteúdo apresentado como Proteção Social: problemas e o que fazer pelo Programa Serra Prefeito 2005/2008 [www.serra45.org.br](http://www.serra45.org.br), está muito mais preocupado em acenar com alianças de governabilidade com entidades sociais do que em garantir padrão de qualidade e afiançar direitos sociais pela política pública de assistência social. Sob um discurso de sedução de entidades sociais, anuncia mais e mais convênios sem qualquer compromisso com a lei e as garantias sociais do cidadão.

As propostas ali contidas ignoram e atropelam o Plano Municipal de Assistência Social PLASp, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS, o Fundo Municipal de Assistência Social, as diretrizes do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social. A proposta tucana de proteção social é um retrocesso democrático além de retrocesso do que está construído pela política pública de assistência social em São Paulo.

Parece mais uma proposta de benemerência de uma primeira dama do que compromissos com a função própria de um órgão de Estado que deve gerir uma política pública submetida a controle social. Não se compromete em levar adiante o SUAS - Sistema Único de Assistência Social como ordenador nacional das atividades e da rede de serviços socioassistenciais. Não assume qualquer compromisso com o monitoramento de riscos e vulnerabilidades sociais da população da cidade. Afinal que proteção social é essa?

O descaso com os direitos dos mais pobres fica patente na proposta tucana para a proteção social. Ela ignora e desrespeita a construção que a sociedade civil da cidade de São Paulo fez nos últimos 10 anos de forma suprapartidária, lutando para que a assistência social se transformasse em política de direitos, construídos democraticamente sob a noção de dever do Estado e direito do cidadão. O ECA, a LOAS, as leis municipais, o Plano de Assistência Social-PLASp, o conteúdo das Conferências Municipais são todos desconsiderados na proposta tucana.

O descaso com os direitos é de tal que trata a relação de convênio com entidades como se fosse um "menu a la carte". A condição a ser candidata a operar

um serviço socioassistencial, sob convênio implica em que a organização social se inscreva no COMAS, no CMDCA e se matricule na SAS. Escolher organizações sociais por credos ou relação de compadrio não é trato de política pública de parceria, regida por leis. Não cabe ao governante ignorar o conteúdo da Constituição de 1988, artigo 221 da Lei Orgânica do Município, e as leis e normas que os regulamentam.

Os tucanos não sabem o que é a assistência social como função de governo ou como uma política pública de seguridade social. Sabem muito menos que existe uma Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Sob o título **o que fazer** a proposta tucana, apresenta uma lista de tarefas desconexas sem qualquer compromisso de resultados. Não incorporam a assistência social como política de Estado, dever do Estado e direito do cidadão. Esquecem que política pública tem porta de entrada e de saída, principalmente, se estamos no campo de uma política redistributiva e de inclusão social.

O modo como a municipalização é apresentada na proposta tucana sugere mais a estadualização do município do que o fortalecimento do comando único municipal. Ou seja, a proposta de **Proteção Social do Programa Serra Prefeito 2005-2008** mostra que estão mais preocupados em usar a Prefeitura para resolver o que o Governo do Estado, com uma década de gestão, não conseguiu resolver, do que em atender ao cidadão paulistano. A proposta parece mais preocupada em criar justificativas para usar dos recursos da Prefeitura de São Paulo, para levantar as fragilidades da área social do Governo do Estado e fortalecer a candidatura PSDBista para 2006 com o próprio Serra ou Alckmin.

A municipalização de serviços sócio-assistenciais para a Prefeitura de São Paulo, hoje executados pelo Governo do Estado, exige que, pelo menos, o Governo Estadual cumpra os atuais dispositivos de lei e não os passe para o município sem tal resolução. Por exemplo, os abrigos infantis devem operar com até 20 crianças, conforme determina o ECA e estabelece o CMDCA/SP. Os abrigos infantis particulares com quem o Estado convenia vagas têm 150 ou mais crianças a um custo médio de R\$ 350,00 reais por criança/mês. Os abrigos do município

atendem a 20 crianças e custam R\$ 1.500,00 reais/mês/criança. No acordo de gestão com as organizações sociais a Prefeitura aluga imóvel, paga concessionárias e demais gastos de atenção digna às crianças. O que o PSDB quer com a Prefeitura? Reduzir as responsabilidades do Governo do Estado ou atender aos direitos das crianças e adolescentes? Atuar de forma autoritária e contra o disposto legal, ou seguir as resoluções do CMDCA?

O Governo do Estado paga de 1/4 a 1/3 dos valores da Prefeitura nos serviços sócio-assistenciais conveniados e ainda transfere os recursos para as entidades conveniadas com atraso de 2, 3 ou mais meses após a execução. A Prefeitura de São Paulo, no Governo Marta Suplicy, transfere de três a quatro vezes mais do que o Governo do Estado, o valor mensal de um serviço; paga no 10º dia do mês de execução do serviço. O Governo do Estado não tem critério padrão para calcular o valor do repasse, e nem atualização desses valores como faz anualmente a Prefeitura. Cada organização conveniada com o Governo do Estado recebe um valor diferente da outra. Uma das propostas dos tucanos é de que a assistência social transforme esmolas dos cidadãos em doações para "projetos de entidades sociais".

Esta forma de entender ilustra bem a concepção tucana: as entidades sociais devem se contentar com esmolas e abrir mão de conquistas que assegurem uma relação democrática e justa de parceria com a Prefeitura a fim de garantir direitos aos usuários dos serviços sócio-assistenciais produzidos em padrão de qualidade e dignidade.

O desconhecimento do que está acontecendo na cidade de São Paulo é tão evidente que se chega a achar que o texto tem má fé em seus propósitos. As creches diretas e conveniadas do município já passaram para a Secretaria Municipal de Educação desde 2002 e os tucanos se propõem a executar essa mudança em 2005, e ainda, com medidas de transição. Os tucanos se propõem a criar um serviço 24 horas para atenção à população em situação de rua.. A CAPE - Central de Atendimento Permanente, funciona 24 horas